



DE ARANHA A BORBOLETA: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE UM CORPO PRESO

Luciana Iost Vinhas¹

O estudo aqui apresentado é parte do projeto de tese intitulado "De sujeito a objeto: o corpo no discurso de mulheres presidiárias", em desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para o projeto, foram entrevistadas, no mês de abril de 2013, nove apenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, localizada em Porto Alegre. Uma das mulheres entrevistadas foi Branca, cuja fala será objeto de reflexão no presente trabalho. O objetivo é investigar os efeitos das relações entre corpo, linguagem e discurso nos processos de subjetivação a partir da análise da fala de Branca.

Branca é uma das 271 apenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. No início da entrevista, perguntei se ela gostaria que a chamasse por uma cor, já que não poderia chamá-la pelo nome. Ficou em silêncio: não queria escolher uma cor; não queria ser referida por nenhuma materialidade linguística. Acabei selecionando a cor Branca porque ela estava vestida de branco.

A apenada me contou que estava presa há seis anos. Sua pena era, originalmente, de 54 anos de privação de liberdade, mas, através do trabalho que desenvolve na penitenciária, conseguiu a remissão da pena, e permanecerá lá por mais sete anos. Ela assaltou um banco e cometeu homicídio. Em uma troca de tiros com a polícia, foi atingida, sendo que um dos projéteis a feriu no rosto, obrigando-a a inserir uma prótese ocular. Além disso, tinha a audição de um dos ouvidos afetada e havia perdido vários dentes. Os projéteis também lhe causaram dificuldades para caminhar.

De aranha a borboleta: o título do trabalho funciona como metáfora de um processo de transformação, o qual traz à tona determinados processos de subjetivação em relação com formações discursivas ligadas à formação ideológica que representa o aparelho repressivo de Estado (ARE). Estes processos englobam a identificação, a contraidentificação e a desidentificação do sujeito com os saberes que, em constante conflito, o determinam, (des)organizados em duas formações discursivas: a Formação Discursiva dos saberes da criminalidade (FD1) e a Formação Discursiva representante dos saberes da Lei (FD2). A instituição prisional atua como um dos aparelhos de Estado da superestrutura, a instância político-jurídico-ideológica (ALTHUSSER, 2008) e, também, repressiva, por nela existir também o ARE. As instituições operam, portanto, como formações ideológicas que organizam os saberes político-jurídico-ideológicos (e repressivos) em formações discursivas, não necessariamente filiadas a somente uma formação ideológica.

¹ Mestre em Letras (UCPel). Doutoranda em Estudos da Linguagem (UFRGS) e Professora da UFFS – Campus Realeza.



Percebe-se que os processos de subjetivação de identificação, contraidentificação e desidentificação (PÊCHEUX, 2009) ocorrem em relação com o corpo e com a linguagem, atravessados pelo discurso. A base para este pressuposto está na materialidade linguística, a partir da qual temos acesso à materialidade discursiva (jurídico-político-ideológica-repressiva).

Na primeira sequência discursiva de referência (SDR) da reflexão, é trazida a resposta de Branca para o questionamento referente às tatuagens que possui. Branca responde:

(SDR1) eu tenho essa borboleta porquii era uma aranha... e aí fui reconhecida num assalto e fiz uma borboleta em cima... sempre foi uma aranha bem piquininha ali óh... vermelinha com preto... eh aí eu fui reconhecida num assalto... tatuei a borboletinha... mas eu tenho horror dessa tatuagem...

Além da tatuagem da aranha-borboleta, Branca tem o nome do ex-marido tatuado nas costas, bem como duas imagens que representam seus dois filhos mais velhos, um menino e uma menina. O terceiro filho nasceu quando estava na penitenciária, pois havia engravidado antes de ser presa. Ela não tem tatuagem deste menino, pois não gosta de "tatuagem de cadeia". A apenas mencionou que, quando sair da cadeia, apagará a tatuagem do nome do ex-marido e, também, a tatuagem da aranha-borboleta.

Restarão as duas tatuagens dos seus dois filhos mais velhos. Materializado nesse apagamento, nesse desejo de não olhar mais a aranha-borboleta, tampouco a imagem do nome do ex-marido, pode ser reconhecido, em um primeiro momento, a identificação com os saberes da Formação Discursiva da Lei, pois Branca não pretende retornar à criminalidade. A justificativa para a tomada desta decisão está nos seus três filhos, como pode ser observado na SDR2.

(SDR2) íh aí esti negócio dos MEUS FILHOS... é o que levou eu a não querer mais essa vida... então assim ãh... a minha meta é saí pra minha casa... montá uma firma com a minha irmã... minha irmã tem uma firma di... uma microempresa né... di ropa... então tipo assim eu quero tocá minha vida naquilo alí... eu já fui já tive pizzaria já tive várias coisas... mas nunca parei di robá... mais agora eu parei... por causa dos meus filhos...

Apesar da camuflagem da borboleta, marcada sobre a aranha, Branca nunca tinha parado de roubar. A borboleta (inseto de alta visibilidade, voador, colorido, belo, delicado) tatuada sobre a aranha (inseto rasteiro, perigoso, feio, escondido, "pequeninho") materializa um processo de contraidentificação com a formação discursiva da Lei, à qual fora interpelada a se identificar por ter sido reconhecida em um assalto. Ela precisava camuflar a sua identificação com a FD2 a fim de ser reconhecida como um sujeito que se identifica com esta formação discursiva (no entanto, a aranha seguiu ali, sob a borboleta, recalcada, materializando sua identificação com a formação discursiva da Criminalidade). Não se trata, portanto, de uma borboleta: é, na verdade, uma borboleta sobre uma aranha, insetos de características opostas, que materializam uma contradição, revelando o processo de contraidentificação de Branca com a formação discursiva da Lei. O desejo é de ser reconhecida

como aranha, mas a Lei a interpelou para se transformar em borboleta. O desejo de ser aranha foi recalcado pela censura de sê-lo, por isso Branca diz ter horror à tatuagem da borboleta.

No entanto, quando sair da prisão, Branca pretende tirar o nome do ex-marido e a imagem da aranha-borboleta, deixando somente os desenhos dos dois filhos. Ela menciona que pretende parar de assaltar por causa dos filhos, traçando, inclusive, planos para sua vida fora da prisão. No futuro, a transformação será de borboleta à não-borboleta, ou seja, à ausência de imagem, à cicatriz de uma aranha-borboleta presente-ausente. A falta de imagem revela a identificação com a FD2 e, por conseguinte, a desidentificação com a FD1. Esses dois processos de subjetivação se dão devido à maternidade, isto é, a uma interpelação do aparelho ideológico familiar, e não à interpelação plena da Lei. Em função disso, a ausência de imagem pode ser interpretada com uma não-identificação resultante do processo da impossibilidade de retorno à criminalidade e da necessidade de se dedicar aos filhos antes de dar escape aos seus desejos relacionados à criminalidade.

Aí está o sujeito dividido, materializado na relação entre corpo e linguagem. Desse modo, a falta constitutiva da estrutura subjetiva traz efeitos ao corpo e à linguagem, funcionando ideologicamente. É possível chamar o conceito de *real do corpo* para fazer parte da discussão. Ferreira (2011) afirma que "por *real do corpo*, pode-se entender, no campo discursivo, aquilo que, resistindo à simbolização, instaura uma falta (falha) que o sujeito tenta inutilmente sanar através de um deslizamento incessante de significações (imaginárias)" (p.98). No caso de Branca, é possível afirmar que o real do corpo é a impossibilidade de "tirar" as tatuagens, como ela mesma refere. Afinal, ela não fala em apagá-las, mas em tirá-las, ou seja, o apagamento deixaria marcas, ao passo que a extração não deixaria rastros, seria como se a tatuagem nunca tivesse existido. Desse modo, o real do corpo atua em conjunto com o esquecimento número 2: Branca tem a ilusão de que poderá controlar o que seu corpo enuncia para o outro e para si mesma. Nesse sentido, ela imagina que pode controlar o que ela deve esquecer: sua imagem como aranha (e como borboleta). Com base nessas considerações, o corpo poderia ser compreendido como uma língua atravessada de falhas, ou seja, submetida à irrupção da falta.

Essa falta, constitutiva do sujeito dividido, possui efeitos no corpo e na linguagem. Branca é um sujeito que não quer ter um nome (ela não quis escolher uma cor que a designaria), não quer ter imagem (ela apagará as tatuagens que não materializam seus filhos; ela não quer que sua família a visite), não quer mais assaltar (ela trabalhará na empresa da irmã). A identificação é somente com a maternidade, ou seja, a alteridade determina o corpo e a linguagem através da função materna, e essa posição-sujeito a situa enquanto assujeitada aos saberes da ideologia dominante, ligados à formação discursiva da Lei, e, principalmente, à formação ideológica que (des)organiza os saberes da instituição familiar.

Esse sujeito que não quer ser mais reconhecido como aranha, tampouco como borboleta, na prisão acaba se tornando um corpo, sem desejo, fadado à repetição: um animal, por ser desprovido de linguagem, tendo somente o corpo. Por isso o subtítulo da reflexão é: *processos de subjetivação de um corpo preso*. Na verdade, quando na prisão, o sujeito passa a ser compreendido como um



corpo condenado à repetição de comportamentos organizados em uma sequência temporal, tal como afirma Foucault (2005). Para o autor, os indivíduos inseridos em instituições de sequestro, como a prisão, têm o tempo controlado através da disciplina, determinada pelo biopoder. É por isso que os presos são somente corpos, pois são transformados em força de trabalho, e o tempo é transformado em tempo de trabalho: "que o tempo da vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva" (FOUCAULT, 2003, p.122). Isso significa que o tempo da vida é, necessariamente, força produtiva, ou seja, não concerne aos sujeitos. Na leitura de Agamben (2010), esses sujeitos seriam vidas que não valem a pena serem vividas, sendo incluídas na categoria do *Homo sacer*, o sujeito da vida nua, figura do Direito Romano que podia ser morto impunemente, mas que, ao mesmo tempo, não devia ser sacrificado conforme as normas prescritas pelo rito, por isso era uma vida matável e insacrificável, excluída da ordem jurídica. Parece que a forma-sujeito do sujeito-de-direito do capitalismo não tem validade para os sujeitos presos. A ausência de direitos na formação social é mais uma das punições do ARE: os direitos valem para quem está fora dele.

Pode-se relacionar os pressupostos de Foucault e de Agamben à declaração de Branca quanto à sua rotina na prisão. Ela refere que tem hábitos já automatizados, como pode ser observado na SDR3.

(SDR3) além di trabalhá? eu gosto muito di trabalhá... na rua eu não trabalhava né... mas aqui eu trabalho desde que eu cheguei... ähn... eu gosto di caminhá... eu levanto todos os dias/eu tenho uma rotina né... pelo fato de eu tá aqui há muito tempo é uma coisa... automática né... (...) então eu levanto às cinco da manhã... caminho das cinco às seis... tomo meu banho... retorno pra minha cela... aí a gente passa numa conferência que é uma contagem das presa todo dia às seis e meia da manhã... às seti horas eu tomo café... e oito e meia desço pra trabalhá...

À idéia de que o sujeito é somente corpo na prisão subjaz a impossibilidade de simbolizar, associada ao impedimento do desejo, pela censura da linguagem. Os sujeitos têm efeitos dessa determinação na sua estrutura psíquica, sendo real, simbólico e imaginário diretamente afetados. É nesse sentido que surge a vida nua de que fala Agamben, aqui compreendida como a censura à identificação, posto que não há linguagem. Trata-se de um efeito de uma impossibilidade de desejar, de simbolizar, de ver e de ser visto e, por conseguinte, a morte em vida. Isso pode ser observado na fala de Branca: comentou sobre a rotina de uma senhora que ela observava todos os dias quando retornava para casa com uma sacola de supermercado. Pressupôs que a senhora morava sozinha e que a vida dela continuava, enquanto Branca permanecia presa, como se o mundo tivesse parado.

(SDR4) a vida... das pessoas... passa lá fora... ih que aqui a genti fica como se tivesse enterrado vivo... tu tá assistindo TUDO... um mundo passá... mas TEU mundo é aquilo ali... não existe mundo pra TI... porque a minha vida parô no instanti em que fui presa né... eu tenho lembranças da minha caaasa... do meu caaaarro... do meu fiiiilho... da minha filha... ih a vida pros outros... corre né...



A contradição de estar morta e viva simultaneamente emerge como efeito de um processo de sujeição e de objetivação dos sujeitos presos, dos corpos dóceis que, objetos de um processo de normatização no biopoder (FOUCAULT, 2005), devem obedecer às coerções do aparelho repressivo de Estado e reproduzir os seus saberes. É um sujeito enterrado, isto é, ele não é visto e não vê. É uma presença-ausente. É o sujeito da falta do olhar do outro em uma sociedade de excesso de olhares. Quando estava fora da prisão, Branca tinha, em sua mão, uma tatuagem de uma aranha que fora coberta pela imagem de uma borboleta. Agora, afetada pela repressão do ARE, decidiu tirar essas marcas.

Sendo assim, a partir da análise desenvolvida, vale encerrar o presente estudo com uma breve reflexão sobre a relação entre corpo e linguagem na constituição da subjetividade. Sabe-se que a concepção de subjetividade presente no dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso é oriunda da ciência psicanalítica freudo-lacanianiana. No quadro teórico-epistemológico da AD, a Psicanálise entra como uma articulação (entre as três regiões já dadas) e um atravessamento: um atravessamento que metaforiza a própria divisão do sujeito. Uma divisão que, na verdade, funciona como uma banda de Moebius: presença e ausência vivem em uma relação de codependência, e a falta, nesse quadro, se torna constitutiva da subjetividade. A falta constitui a estrutura subjetiva, e essa falta traz efeitos ao corpo e à linguagem.

Não se pode esquecer o que Freud (2010a, 2010b) falava sobre a interdependência do somático e do psíquico, ou seja, a importância da relação entre corpo e psiquismo na constituição do indivíduo. Através de estudos sobre as histéricas, Freud consegue levantar elementos inconscientes que são colocados em evidência através das chamadas formações do inconsciente: os sonhos, os atos falhos, os chistes e os sintomas. Ele vincula as formações do inconsciente à pulsão, a qual existe enquanto ligação entre o somático e psíquico. Lacan (2008), somente nos últimos dos seus seminários, retorna a Freud e evidencia a primazia do Real sobre o Simbólico e o Imaginário, abordando um sujeito que se constitui no mistério do corpo falante. O sujeito se transforma no ser falante: corpo e linguagem são considerados inseparáveis.

O presente trabalho buscou resgatar a noção psicanalítica de subjetividade através de uma releitura via Análise do Discurso, associando-a aos elementos da própria AD. É importante mencionar a influência de Orlandi (2012) para a reflexão que se desenrolou. A autora considera o corpo como materialidade do sujeito, significa. O sujeito não é somente carne, pois esta passou por um processo de simbolização, determinado ideologicamente. Para ela, “corpos são formulações dos sujeitos, em diferentes discursos” (p.24-25), sendo que o corpo da linguagem, tampouco o corpo dos sujeitos, não devem ser entendidos enquanto transparentes. Isso significa que o corpo já vem significado, isto é, a imagem do corpo já é naturalizada. Orlandi menciona que essa imagem naturalizada pode dizer respeito aos ocidentais ou aos orientais, por exemplo, mas, aqui, podemos estender essa idéia aos sujeitos presos. Então, a instituição tem efeito nos sentidos materializados nos corpos: há uma diferença entre o corpo do sujeito de direito capitalista e o corpo do sujeito preso, sujeito sem direito.



Assim, a privação de liberdade significa privação de direitos em prol do direito do outro, que está na sociedade.

Além de a presente reflexão se coadunar com o pensamento de Orlandi (2012), considera-se que corpo e linguagem são materialidades que dão existência concreta à ideologia e ao inconsciente. Ao mesmo tempo, constituem o sujeito e operam como elementos do processo de interpelação e de resistência, de subordinação, contradição e deslocamento nos três processos de subjetivação, porque considera-se, na esteira da teoria psicanalítica, que corpo e linguagem, somático e psíquico, não são duas partes de um todo, mas são a própria subjetividade.

Branca materializa discursos que revelam a divisão constitutiva do sujeito, “preso” em um conflito entre as determinações sócio-históricas impostas através da instituição prisional e, também, a angústia tida como efeito da falta de imagens, linguagem e corpo para ancorarem seus processos de subjetivação. A opção é, portanto, não ver e não ser vista, é permanecer no escuro da coerção prisional, “deixando a vida passar” no lado de dentro da grade.

As referências bibliográficas devem ser listadas em ordem alfabética ao final do texto. Devem ficar em parágrafo justificado, sem adentramento, espaço simples, com espaçamento de 6 pontos entre parágrafos. Para auxiliá-lo, colocamos abaixo um modelo de referência de artigo de revista e capítulo de livro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. [trad.] Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. [trad.] Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O discurso do corpo. In: MITTMANN, Solange; SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira. (Orgs.) **Trilhas de investigação**: A pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011.
- FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos. In: _____. **Introdução ao narcisismo**: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). [trad.] Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.
- _____. O inconsciente. In: _____. **Introdução ao narcisismo**: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). [trad.] Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. [trad.] Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- _____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. [trad.] Raquel Ramallete. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LACAN, Jacques. **Seminário, livro 20**: mais, ainda, (1972-1973). [trad.] M. D. Magno. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- ORLANDI, Eni. Processos de significação, corpo e sujeito. In: AZEVEDO, Aline Fernandes de. (org.) **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. [trad.] José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [trad.] Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- SILVA, Renata Silveira da. Tempo na Análise do Discurso: implicações no imaginário do trabalhador do discurso sindical da CUT. Curitiba: CRV, 2012.